

São Paulo, 21 de agosto de 2012

Instituições financeiras também estão buscando a gestão de riscos socioambientais

Por Alexandre Yokote

Enquanto a sociedade aguarda as definições dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima das Indústrias, Mineração, Saúde e Mobilidade Urbana, cuja consulta pública foi até a última semana, algumas partes levantam a demanda de ações e metas para Indústria Financeira. Independente se falamos de mudanças climáticas ou de outras questões ambientais, o riscos socioambiental das Instituições Financeiras (IFs) são diferenciados.

Enquanto nas Indústrias pensamos nos riscos de um acidente ambiental como vazamento químico, extração de recursos da natureza, danos aos biomas, além dos efeitos das emissões e outros rejeitos no meio, tanto por sua qualidade quanto quantidade, nos bancos e seguradoras a exposição é diferente. Conceitualmente as IFs não são eletrointensivas, grandes emissoras de gases de efeito estufa, geradoras de resíduos ou mesmo consumidoras de papel, mas da mesma forma que as empresas de varejo elas estão mais próximas da sociedade e ficam mais expostas quanto a questão de riscos a imagem e reputação, mesmo que sua “pegada ambiental” venha a ser menor do que outros setores da economia (Petroquímico, Siderúrgico, Mineração, Químico, Celulose e Papel, ...). Além dessa exposição social, os bancos são corresponsáveis por danos ambientais associados a projetos financiados.

Um aspecto já trabalhado por algumas grandes IFs é a exposição ao risco socioambiental associado a clientes tomadores de crédito e aos clientes segurados, além de empresas do hall de investimentos. Apesar de não haver uma corresponsabilidade “legal”, globalmente a sociedade levanta a questão da responsabilidade corporativa dessas IFs ao financiar o risco patrimonial de uma empresa socioambientalmente irresponsável, ou mesmo proporcionar um fluxo de caixa para as mesmas empresas postergarem sua operação. Neste contexto surgiram Princípios do Equador (para projetos financiados), Princípios para o Investimento Responsável (PRI para a carteira de investimentos de bancos e reserva técnica de seguradoras), protocolos verdes setoriais e assim por diante.

Da mesma forma que o setor industrial passou a enxergar esses riscos socioambientais como oportunidades de melhoria da eficiência e geração de valor, os bancos passam a ver esses riscos como oportunidades para financiamento de tecnologias mais limpas e eficiência energética, negociação de créditos de carbono, apólices direcionadas ao risco, redução sinistralidade e assim vai. Uma real gestão de socioambiental integrado à gestão de riscos como parte dos negócios da IFs.

Mais ainda tudo isso está andando, principalmente pelas demandas serem voluntárias. Pouco a pouco vamos aguardando modernizações da Basiléia.

Mas aparentemente o Sistema Financeiro Nacional (SFN) está se mobilizando a passos largos e eu não tenho tanta certeza de que o mercado está preparado para atender em compliance. Levantamento realizado no final de 2011 mostra uma realidade preocupante com uma imensa diferença entre os grandes bancos e demais instituições financeiras. Enquanto 8 dos 10 maiores bancos possuem Política e Relatório Socioambiental, todas as demais 200 instituições consultadas, não respondem por mais do que 24 políticas socioambientais e apenas 14 dessas 200 possuem algum reporte sobre práticas socioambientais alinhados a uma política.

Desde 2011 há uma Circular (3547 de 07/07/2011) do Banco Central estabelecendo o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap), destacando que a “instituição deve demonstrar, no processo de avaliação e de cálculo da necessidade de capital para os riscos de que trata este artigo, como considera o risco decorrente da exposição a danos socioambientais gerados por suas atividades”.

Newsletter



Atualmente, até 11 de setembro de 2012 fica em consulta pública duas resoluções do CMN sobre a obrigatoriedade de Política de Responsabilidade Socioambiental (RSA) e Relatório de RSA para as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Isso abre uma oportunidade grande para nós consultores e instrutores ampliar nossa atuação Middle Market das IFs.

No setor securitário, a SUSEP, CNSP ou ANVISA deve se mobilizar num futuro próximo, principalmente reforçando a necessidade de novos recursos para entender os riscos emergentes, em destaque aos riscos associados às mudanças climáticas que está derrubando a confiabilidade dos mapas de riscos baseados em sinistralidade do passado.

Se pegarmos por base as perdas seguradas decorrentes do Katrina ou mesmo os danos a terceiros (indenizados) do acidente da BP no Golfo do México (parcialmente segurado, ou melhor, limitado), temos de forma mais clara como os riscos associados a questões socioambientais já deveriam fazer parte do dia a dia da subscrição de riscos.